

Notícias Sindicais, 03/09/14

Valor Econômico, 29/08/14

Marina defende privatizações de FHC e corte de gastos públicos

Em um discurso voltado para os empresários, a ex-senadora Marina Silva (AC), candidata do PSB à Presidência da República, defendeu hoje as privatizações do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), cobrou uma redução dos juros e dos gastos públicos e destacou que estuda a possibilidade de fazer uma constituinte exclusiva para promover reformas estruturantes, como a tributária.

"As privatizações foram acertadas e já estão estabelecidas como um conceito, que não foi revisto pelo presidente Lula", disse Marina. A senadora, no entanto, ressaltou que, apesar dos benefícios, houve falta de transparência no processo de privatização. Marina revelou que o plano de governo do PV ainda está em fase de elaboração e, por isso, não há uma solução em relação a uma possível privatização dos aeroportos. "Não temos um marco regulatório para fazer a parceria público-privada. A mesma discussão se aplica ao caso dos portos", afirmou. Para uma plateia de 350 empresários, a pré-candidata também reiterou o compromisso com a política econômica, sobretudo no controle da inflação por meio de metas. Segundo ela, o controle dos preços não pode ser feito somente com o aumento dos juros porque pode inibir os investimentos da iniciativa privada. "É preciso controlar a inflação por outro mecanismo, como, por exemplo, a redução dos gastos públicos", avaliou a senadora. Sobre a diminuição da carga tributária, Marina ressaltou que estuda a possibilidade de criar uma constituinte exclusiva de seis meses a um ano para promover reformas estruturantes no país.

Marina rechaçou a ideia de que fez um discurso com o objetivo de atrair os votos dos empresários ao defender as reivindicações do setor. Ela observou que apenas se posicionou a favor de um Estado mobilizador, capaz de suprir as necessidades do país naquilo que a iniciativa privada não tiver condições de prover.

Fonte: Valor Econômico

Federação Nacional dos Urbanitários

Mediação na SRTE com a Coelba será nesta quarta

A Superintendência do Trabalho e Emprego (SRTE), após solicitação do Sinergia, confirmou a mediação com a Coelba sobre a situação do plano de saúde para esta quarta, 03, a partir das 10h, na sede do órgão, em Salvador.

Na oportunidade, os dirigentes do Sinergia vão denunciar ao órgão que a empresa não está cumprindo o ACT vigente em relação a cláusula do plano de plano, uma vez que os coelbanos estão encontrando dificuldades para conseguir atendimento por parte da operadora. Neste processo, o sindicato entende que a responsabilidade pela garantia do atendimento é da Coelba, que não tem criado condições de atendimento junto à operadora ou por meios próprios.

Os representantes na comissão paritária de saúde apresentaram três sugestões para serem apreciadas pela empresa, mas nenhuma delas foi aceita. As solicitações foram:

A) Suspensão do pagamento das faturas, já que a operadora não prestou serviços e, portanto, não deve ser remunerada pela ausência destes;

B) Adiantamento para os usuários que necessitam de procedimentos e estejam impedidos em detrimento do impasse;

C) Que a Coelba arque, integralmente, com os procedimentos que são de responsabilidade da operadora e não estão sendo executados.

O Sindicato vai reafirmar as sugestões na mediação com a SRTE e aproveitar para denunciar as dificuldades que a Coelba cria no fornecimento de informações sobre o plano de saúde. Vale lembrar que, durante o fechamento da campanha 2013/2015, a empresa se comprometeu com o próprio órgão em abrir a caixa preta do órgão, mas não é o que vem acontecendo.

Fonte: Sinergia-BA

Portal da CTB

Ato público em Natal marca início da Campanha dos Petroleiros

Com um ato público, realizado na manhã desta terça-feira (02), os trabalhadores da Petrobrás lotados na sede administrativa da companhia, em Natal, deram início à Campanha Reivindicatória 2014. O evento integra a agenda de mobilização da categoria, somando-se ao Ato Nacional, realizado no mesmo horário, em frente à sede da Petros, no Rio de Janeiro.

Neste ano, a pauta dos trabalhadores da Petrobrás para o Acordo Coletivo contempla apenas cláusulas econômicas. Além da correção salarial com a reposição integral da inflação acumulada no

período, a categoria reivindica 5,5% de ganho real. A Petrobrás já anunciou que concorda em pagar a reposição da inflação na folha de setembro.

Afora as questões salariais, os trabalhadores da sede Natal também cobraram o cumprimento do atual Acordo Coletivo, no que diz respeito a regimes, e, especialmente, com relação à cláusula 181, em que a Petrobrás se compromete a buscar junto à Petros a extensão dos níveis recebidos pela ativa em 2004, 2005 e 2006 para todos os assistidos do Plano.

Vida

Passadas duas semanas do acidente que causou a morte do operador Antonio Rafael Santana, na Refinaria de Manaus (Reman), o ato público realizado na sede Natal não se esqueceu de enfatizar a luta por mais saúde e segurança nos ambientes de trabalho. Segundo informações da FUP, somente em agosto foram registrados seis acidentes em unidades da Petrobrás. Até o momento, a extensão dos níveis foi garantida apenas para três mil aposentados e pensionistas, com ações judiciais julgadas e executadas, enquanto cerca de 30 mil ainda continuam sem solução, sob a alegação de dificuldades jurídicas enfrentadas pela Petrobrás e Petros.

Além do sinistro na Reman, a Federação relata quatro acidentes na Refinaria Duque de Caxias (Reduc) e um na Refinaria Presidente Bernardes (RBPC), resultando em queimaduras, cortes e outros tipos de ferimentos em trabalhadores. Em 2014, já foram registradas seis mortes em acidentes de trabalho na Companhia: três em unidades de refino e outras três em E&P.

No decorrer da semana, o Sindicato promoverá outras manifestações e mobilizações em todas as principais bases da Petrobrás no RN.

Portal da CTB

CTB manifesta apoio à greve na Unicamp

Uma comissão da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) formada pelo presidente da central, Adilson Araújo e o secretário-geral da CTB-SP, Paulo Nobre, e outros representantes, estiveram na Unicamp para prestar solidariedade ao movimento grevista.

O encontro também contou com a presença do diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, Agildo Nogueira Júnior, que aproveitou para reforçar o apoio aos trabalhadores. Os companheiros trouxeram a solidariedade de classe neste momento de impasse pelo qual está passando os trabalhadores da Unicamp.

Mesmo com chuva e vento forte os trabalhadores tomaram as guaritas das universidades para protestar contra o reajuste zero. 'Não tem arrego!' Esse foi o recado que os trabalhadores da Unicamp deram ao reitor que apostou no enfraquecimento da mobilização ao esvaziar a universidade por dois meses inteiros sob a desculpa de férias.

Segunda dia 1º, teve início o segundo semestre letivo e o movimento completa 102 dias de greve. Durante esse tempo foram muitos os protestos, atos, passeatas e denúncias sobre a situação das três universidades paulistas.

A greve é contra o desmonte das universidades públicas, contra o congelamento dos salários dos funcionários e docentes, contra a privatização dos serviços públicos, contra o reajuste zero e por melhores condições de trabalho. Essa semana ocorre nova rodada de negociação entre o Fórum das Seis e o Cruesp. Os trabalhadores prometem não recuar e irão as ruas de São Paulo para protestar contra o arrocho salarial imposto pelos reitores.

Portal da UGT

Teto de benefícios do INSS deve subir para R\$ 4.662,43 em 2015

02/09/2014

O valor máximo das aposentadorias e demais benefícios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) deverá passar de R\$ 4.390,24 para R\$ 4.662,43 no ano que vem.

Para o salário mínimo e o piso dos benefícios, o valor passa de R\$ 724 a R\$ 788,06.

Os valores foram informados na quinta (28) pelo governo no Projeto de Lei Orçamentária 2015, que consolida as previsões de despesas para o ano que vem. O texto foi entregue pela ministra Miriam Belchior, do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao presidente do Congresso, senador Renan Calheiros.

A proposta atualiza a previsão da inflação pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Na Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviada ao Congresso em abril, o governo previa inflação de 5,3%. A expectativa é que o índice encerre 2014 em 6,2%.

Houve também correção no índice de crescimento do PIB de 2013, de 2,28% para 2,49%, feita pelo IBGE.

O reajuste do salário mínimo considera os dois índices: a inflação deste ano e o crescimento do PIB do ano passado. A aplicação dessa fórmula está garantida até o reajuste de 2015. O Senado analisa uma proposta que mantém a mesma política até 2019.

Neste ano, no Dia do Trabalho das centrais sindicais, o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência, afirmou que o governo manterá a valorização real do salário mínimo, com aumentos acima da inflação.

ACORDO

A presidente Dilma Rousseff promulgou um decreto permitindo que trabalhadores franceses somem os anos no Brasil ao cálculo geral para sua aposentadoria e estabelecendo direitos recíprocos para os trabalhadores brasileiros residentes na França.

Pelo acordo, funcionários de empresas brasileiras que operem na França, e vice-versa, podem contribuir em seu país por dois anos, com prorrogação por mais dois, para evitar a dupla tributação.

A medida deve beneficiar 77 mil brasileiros na França e na Guiana Francesa, além de 30 mil franceses no país.

Fonte: Folha de S.Paulo

Portal da UGT

Pesquisa Mostra que 40% dos professores apresentam acentuados níveis de estafa

02/09/2014

Recente pesquisa encomendada pelo movimento sindical dos trabalhadores em educação teve por objetivo constatar quais os fatores que estão interferindo na qualidade de vida dos professores que atuam nas escolas privadas do estado de Santa Catarina.

O Instituto de Pesquisas e Estudos dos Trabalhadores – IPET, responsável pela pesquisa, teve os trabalhos coordenados pela psicóloga Maria Tais de Melo. Mil e quinhentos (1.500) professores distribuídos em cinco regiões do estado foram entrevistados.

Com os objetivos de: identificar os fatores estressores que estão interferindo na qualidade de vida dos professores, contribuir para a elaboração de políticas voltadas à saúde ocupacional e colocar na agenda do movimento sindical programa específico de atenção à saúde do professor, o IPET encampou os trabalhos entendendo que havia razões óbvias para que este estudo ganhasse corpo e fosse levado a cabo.

A forma exploratória que deu o tom da pesquisa utilizou abordagem quali/quantitativa, com os sujeitos selecionados por sorteio, de acordo com os seguintes critérios de inclusão: professores que atuem em escolas privadas que aceitaram participar das pesquisas em seis regiões do estado de Santa Catarina.

A pesquisa revela uma série de indicativos determinantes das mazelas sofridas por quase metade dos professores da rede privada de ensino no estado de Santa Catarina.

Os problemas vão dos mais simples aos mais complexos: falta de equipamentos adequados para desenvolver as atividades laborais, problemas de ergonomia, salas de aula com excessivo número de alunos, pressão psicológica, falta de valorização profissional, estafa em grau máximo (que aparece na resposta de 46% dos professores entrevistados na região sul) que denota patologia gravíssima e que em muitos casos, pode levar ao desencadeamento de várias outras doenças físicas e emocionais.

A pesquisa completa e os resultados deste trabalho podem ser conferidos no livro lançado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos dos Trabalhadores – IPET – sob o título “Saúde Ocupacional do Professor” Rede Privada de Ensino, de Maria Tais de Melo publicado também no site da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado de Santa Catarina – FETEESC - <http://www.feteesc.org.br/?p=3787>

Portal da UGT

Net é condenada por demitir dependente químico

02/09/2014

A demissão discriminatória de um empregado na condição de dependente químico levou a NET Serviços de Comunicação S. A. a ser condenada ao pagamento de indenização por dano moral no valor de 50 salários mínimos (R\$ 36,2 mil). A empresa tentou trazer o caso à discussão no Tribunal Superior do Trabalho, mas a Oitava Turma negou seu pedido.

A condenação foi imposta pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR), ao reformar a sentença da 7ª Vara do Trabalho de Londrina que havia negado a indenização ao empregado.

Segundo o relator do pedido ao TST, ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, o TRT concluiu que a empresa não comprovou sua defesa de que a dispensa, ocorrida 15 dias após o retorno do empregado de uma clínica de reabilitação, decorreu de baixa produtividade.

Por isso, presumiu que se tratou de dispensa discriminatória, "motivada por situação de estigma ou preconceito", ante a constatação da sua condição de dependente químico.

O relator esclareceu que a decisão do TRT-PR está em conformidade com os artigos 818 da CLT e 333, inciso I, do Código de Processo Civil, não merecendo reforma. Seu voto foi seguido por unanimidade.

Procurada pela redação na tarde desta segunda-feira (1), a Net afirmou que o colaborador foi dispensado em razão de baixa produtividade e negou a demissão discriminatória.

Ainda segundo a empresa, "não houve condenação da empresa ao pagamento de 50 salários mínimos uma vez que, em 1ª instância, o processo foi julgado improcedente e o TRT-PR apenas modificou a decisão para considerar a dispensa discriminatória, não fazendo menção a valores".

A Net informou que irá recorrer da decisão do TST e ressaltou que "a empresa não aceita nem é conivente com nenhum tipo de ato discriminatório

Fonte: IG

Portal Mundo Sindical

TRT reafirma decisão: VR é para toda a categoria

Na tarde de hoje (27), o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP) confirmou, por unanimidade, que o vale-refeição deve ser pago aos trabalhadores por todas as empresas de TI do Estado. A decisão foi deferida pelo TRT ao julgar embargo de declaração apresentado pelo Sindpd para esclarecer dúvidas sobre a publicação do acórdão do dissídio coletivo de greve da categoria.

Publicado no dia 11 de julho, o relatório do julgamento determinou que todas as empresas deveriam fornecer auxílio-refeição. Contudo, ao transcrever o texto para a cláusula, ocorreu um erro na redação, mantendo equivocadamente o VR apenas para empresas com mais de 35 funcionários. Para corrigir o referido equívoco, o departamento jurídico do Sindpd apresentou o embargo da redação do acórdão.

Com esta decisão, as dúvidas foram extintas, e as empresas não têm mais alegações, nem subterfúgios, para o não pagamento do VR. A publicação desta decisão será feita no Diário Oficial da União da próxima semana e ratifica a decisão do TRT, já confirmada no julgamento do dissídio, bem como reitera os termos divulgados pelo Sindpd.

O acórdão ratifica a decisão do Tribunal de conceder reajuste salarial linear de 7,5%; aumento de 8% nos pisos; vale-refeição no valor de R\$15,00 para jornada de 8h e de R\$ 11,50 para o expediente de 6h; Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR) obrigatória, além de 90 dias de estabilidade para os funcionários a partir da data do julgamento (30/06). Conforme a sentença, todos os itens devem ser pagos de forma retroativa ao dia 1º de janeiro de 2014.

Na próxima semana, o departamento jurídico do Sindpd dará início às ações de cumprimento, que buscam obrigar as empresas de TI, que ainda relutam em conceder os direitos devidos a seus funcionários, a pagar o que devem.

Fonte: Sindpd - 02/09/2014

Portal Mundo Sindical

Trabalho no fim de semana terá nova regulamentação

O ministro do Trabalho, Manoel Dias, revogará nos próximos dias uma portaria da pasta que regulamenta o trabalho urbano e rural no fim de semana. A pedido de membros do Conselho Nacional de Relações do Trabalho, também proporá a criação de um grupo de trabalho que discuta novas regras sobre o assunto.

A portaria vigente (375/2014) foi editada há seis meses, mas gerou insatisfação, principalmente de entidades empresariais - Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA). As entidades reconhecem a necessidade de revisão da norma, mas dizem que a nova portaria é burocrática e dificulta o processo de autorização que as empresas precisam cumprir junto ao Ministério do Trabalho para contratar empregados aos sábados e domingos.

Integrantes do conselho - formado por representantes de entidades empresariais, centrais sindicais e governo - pediram mais tempo para debater a nova portaria, alegando que não foram consultados na época em que foi editada a norma vigente.

"Queremos tornar mais ágil o mecanismo de autorização por parte do ministério, disse Cristiano Zaranza, coordenador da Comissão Nacional das Relações do Trabalho da CNA. "Uma das coisas que a gente quer é criar um mecanismo pelo qual as empresas não fiquem reféns da autorização do ministério."

Segundo Zaranza, empresas e produtores rurais precisam que o ministério aceite com agilidade os pedidos de autorização para contratação de pessoal aos fins de semana, pois podem deixar de colher safras enquanto aguardam o aval da pasta.

A atual portaria sobre o tema, diz ele, prevê que empregadores com irregularidades no Ministério do Trabalho nos últimos cinco anos sejam submetidos a inspeção e fiquem proibidos de

manter empregados aos fins de semana. "Não somos contra a inspeção, mas hoje faltam fiscais. Defendemos que o prazo seja menor que cinco anos e que o ministério crie prazo para realizar a inspeção, por exemplo", disse Zaranza.

Fonte: Valor Econômico - 02/09/2014

Agência Brasil, 02/09/14

Produção industrial cresce 0,7% em julho

Vitor Abdala - Repórter da Agência Brasil Edição: Talita Cavalcante

A produção industrial brasileira cresceu 0,7% na passagem de junho para julho. É a primeira alta depois de cinco meses de queda, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados hoje (2).

Na comparação de julho deste ano com julho do ano passado, no entanto, a produção industrial teve queda de 3,6%. Recuos também foram registrados nos acumulados do ano (-2,8%) e dos últimos 12 meses (-1,2%).

O avanço de junho para julho foi motivado por altas nos bens de consumo duráveis (20,3%) – máquinas e equipamentos usados no setor produtivo (16,7%) – e bens de consumo semi e não duráveis (0,7%).

Vinte dos 24 setores da indústria pesquisados tiveram crescimento na produção. Os principais impactos positivos vieram dos equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (44,1%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (8,5%).

O segmento equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos teve a maior alta da série histórica, iniciada em 2002, e interrompeu uma trajetória de quatro meses de quedas (que acumulou perda de 38,1%). Já os veículos automotores superaram queda de 18,1%, acumulada nos meses de maio e junho.

Outros setores que tiveram contribuição importante para o crescimento da produção industrial foram outros equipamentos de transporte (31,3%), máquinas e equipamentos (7%), máquinas e materiais elétricos (13,1%), outros produtos químicos (2,4%), além de vestuário e acessórios (8,6%).

Por outro lado, uma queda de 6,3% no segmento de produtos alimentícios impediu que a indústria tivesse um desempenho melhor. Outro setor que contribuiu negativamente foi o de coque, derivados do petróleo e biocombustíveis (-2,6%).

Rel-UITA - REGIONAL LATINOAMERICANA DE LA UNIÓN INTERNACIONAL DE TRABAJADORES DE LA ALIMENTACIÓN, AGRÍCOLAS, HOTELES, RESTAURANTES, TABACO Y AFINES (UITA)

Honduras: Asesinan a dirigente campesina y destacada activista de la Resistencia

Imparable ola de asesinatos de militantes sociales y populares.

Por Giorgio Trucchi

Rebanadas de Realidad - Rel-UITA, Managua, 29/08/14.- El pasado 27 de agosto fue brutalmente asesinada Margarita Murillo, destacada dirigente campesina, miembro de la Dirección Nacional del Frente Nacional de Resistencia Popular (FNRP) y fundadora del partido Libertad y Refundación (Libre).

Según informes de sus hijas, Margarita se encontraba trabajando en una parcela ubicada en la aldea El Planón, Villanueva, en el departamento norteño de Cortés, cuando llegaron hombres armados y encapuchados que acabaron con su vida a eso de las once de la mañana.

La también dirigente histórica de la Central Nacional de Trabajadores del Campo (CNTC) fue profundamente ligada al movimiento campesino en Honduras por más de cuarenta años, y libró importantes batallas por el derecho al acceso a la tierra en el país.

Después de confirmar la trágica noticia, en el Congreso Nacional se guardó un minuto de silencio a solicitud de la Relatora especial sobre la Violencia contra la Mujer de Naciones Unidas, Alda Facio, quien llegó al hemiciclo para hacer una disertación ante los y las diputadas sobre la discriminación contra la mujer.

Durante la sesión, el diputado Rafael Alegría señaló que el campo se vuelve a enlutar. Recordó que hay cerca de 200 campesinos asesinados, y que unas 700 campesinas están acusadas en los tribunales por exigir una redistribución justa de la tierra.

A ese propósito, desde hace cinco meses varias organizaciones campesinas han presentado un proyecto de ley de Reforma Agraria Integral, sin que la Comisión de Agricultura lo haya analizado, ni mucho menos discutido.

Acoso y hostigamiento salvaje

La criminalización de la protesta y la lucha social

Margarita Murillo estaba en el ojo del huracán desde hace mucho tiempo. El 26 de julio militares hondureños secuestraron a su hijo Samuel, de 23 años, de la casa donde la familia vive en la comunidad de Marañon, al sur de San Pedro Sula. Todavía no se sabe nada de su paradero.

Su marido Oscar fue herido de un balazo en la pierna durante la represión desatada por contingentes militares contra campesinos que protestaban por el acceso a la tierra en la localidad de Choloma.

Ante este nuevo ataque mortal contra los sectores del campesinado organizado, la Coordinadora Indígena del Poder Popular de Honduras (CINPH) emitió un comunicado en el que condenó el asesinato de Margarita Murillo y exigió al gobierno "una rápida investigación y el castigo a los responsables intelectuales y materiales de este horroroso crimen".

Asimismo, el Foro Social Valle de Sula (FSVS) condenó "el crimen cometido contra nuestra compañera de lucha y la forma vil y cobarde en que actuaron sus sicarios".

También aseguró que este crimen "responde a la ola de violencia e inseguridad desatada en el país, tanto por grupos del crimen organizado y la delincuencia común, como por las propias autoridades policiales y el régimen de turno, que ha militarizado el país y criminalizado las luchas populares en el afán de contrarrestar toda oposición a sus intereses dictatoriales".

Ante la ola de violencia y criminalidad que se vive en Honduras, así como el desinterés mostrado por las autoridades, el FSVS exigió a las autoridades el cese inmediato de "su política de criminalización, militarización e intolerancia a las luchas de los distintos sectores populares y gremiales del país".

Finalmente, instó a tomar medidas urgentes para garantizar el respeto irrestricto a los derechos humanos de todas las personas sin distinción de ninguna naturaleza.

"Bajo el actual sistema de impunidad imperante en el país toda violación o muerte se encubre bajo el pretexto de la incontrolable ola de criminalidad común, y esto debe parar ya", concluye el comunicado.

Portal Gestão Sindical

Contração na Alemanha agrava crise na região

02/09/2014 por Valor Online

A outrora sólida economia da Alemanha começa a exibir rachaduras, à medida que a relutância das empresas em investir confirma a advertência do presidente do Banco Central Europeu (BCE), Mario Draghi, de que a recuperação da zona do euro está em perigo.

O PIB da maior economia da Europa diminuiu 0,2% no segundo trimestre, informou ontem a Secretaria Federal de Estatísticas, confirmando uma estimativa divulgada em 14 de agosto.

Embora parte da queda possa ser atribuída a um inverno ameno, que adiantou a produção no início do ano, o Bundesbank (o banco central alemão) lançou dúvidas sobre uma recuperação no segundo semestre e sugeriu que suas previsões poderiam ser otimistas demais.

A fraqueza da economia alemã, que apresentou um desempenho melhor do que a dos países vizinhos desde o surgimento da crise da dívida soberana, ocorre num momento em que Draghi pondera a adoção de mais estímulos para combater a ameaça de deflação no bloco monetário. Ele sinalizou que o declínio nas expectativas de inflação poderia levar o BCE a realizar aquisições de ativos de base ampla.

"Uma economia alemã mais fraca afeta a Europa", disse Michala Marcussen, diretora global de economia do Société Générale. "A zona do euro está caindo em uma armadilha de inflação baixa, com o crescimento anual e as taxas de inflação estagnados entre zero e 1%."

Os investimentos de capital recuaram 2,3% no segundo trimestre, com um declínio de 4,2% da construção, disse a secretaria de estatísticas. Os consumos privado e o governamental aumentaram 0,1% cada. As exportações cresceram 0,9% e as importações tiveram alta de 1,6%.

Os investimentos tiveram o maior peso negativo sobre a economia, subtraindo 0,5 ponto porcentual do PIB. A balança comercial provocou uma queda de 0,2 ponto porcentual, ao passo que os estoques acrescentaram 0,4 ponto porcentual.

A queda nos investimentos reflete em parte o fato de terem crescido muito no começo do ano, já que um inverno com temperaturas mais altas impulsionou a construção. Mesmo assim, o declínio também destaca a hesitação das empresas para investir em meio às tensões políticas na Ucrânia, na Rússia e no Oriente Médio.

A Alemanha é a maior exportadora da zona do euro e a Rússia tem o país como seu maior parceiro comercial depois da China. Em agosto, a confiança dos investidores alemães chegou a seu menor patamar desde 2012 e a confiança das empresas caiu pelo quarto mês consecutivo.

Em junho, o Bundesbank previu que a economia da Alemanha terá uma expansão de 1,9% neste ano e de 2% em 2015. Esses números se comparam com as previsões do BCE de crescimento para a zona do euro, de 1% neste ano e de 1,7% em 2015.

Os ganhos nos preços ao consumidor estão longe do limiar do BCE desde o começo do ano passado, e Draghi mencionou a queda nas expectativas de inflação como um motivo de preocupação. Economistas de vários bancos, do Citigroup ao Commerzbank, preveem que os responsáveis pelas políticas monetárias acabarão tendo que reagir com um programa de afrouxamento quantitativo.

"Não é segredo que se observa certa queda na economia", disse Ewald Nowotny, membro da Comissão Executiva do BCE, na semana passada. "A Alemanha já não consegue ser uma locomotiva para o crescimento."

Organizado por Ernesto Germano